https://journals.scientia.international/SIJLLA
Scientia International Journal for Linguistics, Letters and Arts
Vol. 1, 1 (2026)
Tipo: Artigo de pesquisa | DOI: 10.56365/ws7maa38

Barreiras linguísticas e circulação da ciência: evidências globais e estratégias editoriais para a produção acadêmica latino-americana[1]

Jéssica Biltches Costa[2], Bruno César Alves Marcelino[3]

Resumo

A consolidação do inglês como língua franca da ciência converteu um instrumento de comunicação em um mecanismo de seleção que afeta de modo desigual os pesquisadores cuja primeira língua não é o inglês. Este artigo examina como as barreiras linguísticas contribuem para aquilo que a literatura denomina invisibilidade científica e discute estratégias editoriais capazes de ampliar a circulação da produção acadêmica latino-americana. Mediante revisão crítica da literatura, o trabalho articula dois conjuntos distintos de evidência: estudos de alcance global sobre a desvantagem de pesquisadores não anglófonos e estudos bibliométricos sobre o circuito latino-americano de publicação. Os primeiros indicam que pesquisadores não nativos despendem mais tempo lendo e escrevendo em inglês e relatam, com frequência entre 2,5 e 12,5 vezes maior que a de falantes nativos, rejeições e pedidos de revisão motivados pela redação; entre doutorandos colombianos, o custo de um serviço de tradução por artigo corresponde a entre um quarto e a metade de um salário mensal de doutorado. Os segundos mostram que 91% dos artigos da Scopus e 96% dos do Core Collection da Web of Science estão em inglês, ao passo que o corpus regional indexado em SciELO e Redalyc reúne 43,7% dos artigos em espanhol, 32,1% em português e 23,9% em inglês. Discutem-se o debate sobre a injustiça linguística, a dimensão epistêmica da invisibilidade e a infraestrutura regional de acesso aberto. Argumenta-se que deslocar o ônus da tradução do pesquisador individual para a infraestrutura editorial é condição necessária, ainda que não suficiente, para alterar esse quadro.

Palavras-chave: barreiras linguísticas, circulação científica, América Latina, acesso aberto, multilinguismo, injustiça linguística

Detalhes do artigo | Avaliação aberta
Editor acadêmico:
William Jônatas Vidal Coutinho
Avaliadores:
Fabio do Vale
William Jônatas Vidal Coutinho
Como citar
Costa, J. B., & Marcelino, B. C. A. (2026). Barreiras linguísticas e circulação da ciência: evidências globais e estratégias editoriais para a produção acadêmica latino-americana. *Scientia International Journal for Linguistics, Letters and Arts*, *1*(1). https://doi.org/10.56365/ws7maa38

Histórico do artigo
Recebido: 28/06/2026
Revisado: 03/09/2026
Aceito: 03/09/2026
Publicado: 15/09/2026

[1] Este artigo é originário do período de pesquisa desenvolvido por Jéssica Biltches Costa junto à Scientia International (Múrcia, Espanha), no âmbito do projeto "Implementação da Linha Editorial da Scientia International para o Mercado Latino-Americano e de Língua Portuguesa". O trabalho foi orientado por Bruno César Alves Marcelino no ano de 2024.

[2] Mestranda em Letras, licenciada em Letras Português-Espanhol; Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, Brasil; ORCID: https://orcid.org/0009-0002-9781-4141. Autora correspondente: jessybilt4@gmail.com

[3] Doutorando em Estudos Sociais Interdisciplinários de Europa e América Latina, mestre em Integração Contemporânea da América Latina; Scientia International, Murcia, Espanha; ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0638-7889

ISSNe 3127-6466 © 2026 Os autores. Publicado por Scientia.International S.L. (Espanha).
Artigo de acesso aberto sob a licença CC BY 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0).

1. Introdução

A ciência contemporânea pressupõe, como condição quase tácita de existência, a sua comunicação em inglês. Ao longo do século XX, a comunicação científica internacional deslocou-se de um regime plurilíngue, em que conviviam o francês, o alemão, o russo e o espanhol, para uma situação de preeminência do inglês sem precedentes na história moderna da ciência (Hamel, 2007). Trata-se, segundo o próprio Hamel (2007), da primeira vez em que uma única língua ocupa posição de tal modo dominante na comunicação científica global. Esse deslocamento não é neutro: ao converter-se em condição de acesso à chamada corrente principal da ciência, a língua deixa de operar apenas como veículo de comunicação e passa a funcionar também como filtro, distribuindo de modo desigual as oportunidades de circulação e reconhecimento entre os pesquisadores do mundo.

Para o pesquisador latino-americano, cuja primeira língua é majoritariamente o português ou o espanhol, essa condição impõe um duplo movimento contraditório. De um lado, publicar em inglês amplia a probabilidade de indexação nas bases hegemônicas e, com ela, de citação nos circuitos que essas bases medem. De outro, a produção escrita em língua nacional — frequentemente mais relevante para os problemas locais e para os públicos regionais — tende a permanecer fora do alcance dos sistemas globais de indexação e avaliação. Esse paradoxo, em que a visibilidade em um circuito é obtida ao preço da visibilidade no outro, constitui o cerne do problema que este artigo se propõe a examinar.

A noção de invisibilidade científica designa, neste trabalho, o conjunto de mecanismos pelos quais um corpo de conhecimento deixa de circular, ser citado e influenciar a agenda de pesquisa por razões alheias à sua qualidade intrínseca — entre as quais a barreira linguística ocupa posição central. Distinguir a qualidade da produção de sua circulação é, portanto, condição preliminar do argumento. A hipótese aqui explorada é que a menor circulação internacional da ciência latino-americana é, em medida relevante, efeito de assimetrias do sistema editorial e de indexação global, e não indicador direto de menor mérito científico.

Como o vocabulário desse debate é frequentemente usado de modo intercambiável, convém fixar os termos empregados adiante. Por indexação entende-se a inclusão de um periódico ou documento em uma base bibliográfica determinada, com os critérios próprios dessa base; por alcance, a extensão dos públicos que podem ler um texto, condicionada pela língua e pelo acesso; por circulação, o movimento efetivo do texto entre esses públicos, observável por downloads, republicações e usos; por citação, o registro formal desse uso na literatura indexada em uma base específica; por visibilidade, a probabilidade de que um trabalho seja localizado e recuperado em um dado circuito; e por impacto, qualquer medida agregada derivada das anteriores. Duas consequências decorrem dessa distinção. A primeira é que citação e visibilidade são sempre relativas à base que as mede: um artigo pouco citado na Web of Science pode circular intensamente no

circuito regional, e vice-versa. A segunda é que o fator de impacto é um indicador de periódico, não de artigo nem de autor, e não pode ser lido como medida automática de mérito individual — advertência que a própria literatura bibliométrica latino-americana formula com insistência (Salatino, 2022). Por essa razão, este artigo trata de circulação e visibilidade, e não de impacto científico em sentido estrito, que a revisão não mede.

Cabe registrar, desde já, que a tese aqui defendida não é consensual. Há um debate vivo na literatura sobre a existência e a extensão da chamada injustiça linguística, ao qual este artigo dedicará atenção específica, de modo a evitar a simplificação de um problema que é, a um só tempo, linguístico, econômico, epistêmico e político. Cabe igualmente registrar que a hipótese formulada acima não supõe uma oposição causal entre qualidade e assimetrias estruturais, nem lhes atribui um peso causal determinado: a revisão não mede diretamente a qualidade científica das produções comparadas, e o que pode ser sustentado é a existência de barreiras documentadas cujo efeito sobre a circulação é independente do mérito dos trabalhos. O argumento será construído sobre evidências empíricas quantitativas, e não sobre intuições, justamente porque a controvérsia exige rigor.

O artigo está organizado em seis seções, além desta introdução. A metodologia explicita o percurso de construção do corpus. A seção sobre a hegemonia do inglês discute os custos linguísticos mensuráveis que ela impõe aos pesquisadores não anglófonos. A seção sobre injustiça linguística examina o debate teórico e sua dimensão epistêmica. A seção sobre a circulação da produção latino-americana trata da infraestrutura regional de acesso aberto e da tensão entre internacionalização e multilinguismo. A seção sobre estratégias editoriais analisa o multilinguismo estrutural, a tradução assistida por inteligência artificial e as condições jurídicas e técnicas de circulação. As considerações finais sintetizam o argumento e apontam suas implicações.

2. Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma revisão crítica de literatura, de natureza qualitativa e finalidade analítico-interpretativa. Diferentemente da revisão sistemática, que visa mapear exaustivamente um campo segundo protocolos fixos de busca e responde a uma pergunta estreita e replicável, a revisão crítica seleciona e articula trabalhos de referência com vistas a construir um argumento teórico e identificar tensões no estado da arte (Grant & Booth, 2009). Dessa escolha decorrem duas consequências que importa explicitar. A primeira é que os resultados aqui apresentados não têm pretensão de exaustividade nem suportam inferência estatística sobre a literatura do campo. A segunda é que, ainda assim, a rastreabilidade do percurso é exigível: a seção descreve as fontes consultadas, os descritores, o recorte temporal, os critérios de inclusão e exclusão e o modo como os eixos analíticos foram construídos, de maneira que o leitor possa avaliar — e, se for o caso, contestar — a composição do corpus.

A busca foi conduzida entre janeiro e maio de 2026 em cinco fontes de natureza complementar. Duas bases da corrente principal, Scopus e Web of Science (Core Collection), foram usadas para localizar a literatura internacional sobre barreiras linguísticas e comunicação científica. Duas bases regionais de acesso aberto e texto completo, SciELO e Redalyc, foram usadas para localizar a literatura latino-americana sobre circuitos de publicação, indexação e bibliodiversidade — precisamente porque, como se argumenta na seção 5, essa produção é sub-representada nas duas primeiras. O Google Acadêmico foi usado de forma complementar, para recuperação de literatura cinzenta e de trabalhos não indexados nas bases anteriores. A essas somaram-se buscas dirigidas em repositórios de preprints (arXiv, SciELO Preprints) e em sítios institucionais (SciELO, Redalyc, LA Referencia, Crossref, Iniciativa de Helsinque), necessárias para documentar normas editoriais, políticas de indexação e especificações técnicas que não circulam em formato de artigo.

Os descritores foram combinados em três línguas, refletindo a natureza do objeto. Em inglês: language barrier, linguistic injustice, non-native English speaker, scientific publishing, multilingualism, scholarly communication, machine translation. Em espanhol: barreras lingüísticas, hegemonía del inglés, circuitos de publicación, multilingüismo, acceso abierto, bibliodiversidad. Em português: barreiras linguísticas, invisibilidade científica, comunicação científica, acesso aberto, multilinguismo. Os termos foram cruzados com operadores booleanos e com os qualificadores América Latina, Latin America e latinoamericano quando o objetivo era isolar a literatura regional. O recorte temporal privilegiado foi 2007–2026, tomando como marco inicial a sistematização de Hamel (2007) sobre o domínio do inglês na literatura periódica internacional; obras anteriores foram admitidas quando seu estatuto de referência na área o justificasse.

Foram critérios de inclusão: (a) tratar diretamente da relação entre língua, publicação científica e desigualdade de circulação; (b) apresentar dados primários, análise bibliométrica de corpus definido, desenho experimental ou quase-experimental, ou constituir documento normativo ou técnico de referência institucional; e (c) estar publicado em português, espanhol ou inglês. Foram critérios de exclusão: ensaios de opinião sem base empírica ou sem elaboração conceitual original; estudos restritos ao ensino de inglês para fins acadêmicos, sem articulação com o sistema de publicação; e duplicatas entre bases. Preprints foram admitidos, mas identificados como tais no corpo do texto, de modo que o leitor possa ponderar o estatuto da evidência.

A triagem procedeu em três etapas. Aproximadamente 340 registros foram identificados nas buscas; após a remoção de duplicatas e a leitura de títulos e resumos, 96 foram retidos para exame; destes, 41 foram lidos na íntegra; e 21 compõem o corpus analisado em profundidade e citado neste artigo. A redução é expressiva e decorre do critério (b): a maior parte da literatura recuperada consiste em ensaios programáticos que reiteram o diagnóstico sem acrescentar evidência, ou em estudos de caso de periódico único cuja generalização seria

indevida. O corpus final combina obras de referência consolidadas — Hamel (2007), Lillis e Curry (2010), Santos (2014) — e estudos empíricos recentes de grande escala, entre os quais Amano et al. (2023), Beigel et al. (2024a, 2024b) e Salatino (2022).

Os quatro eixos analíticos que estruturam as seções analíticas subsequentes não foram definidos a priori, mas emergiram do agrupamento temático dos 41 trabalhos lidos na íntegra, segundo a pergunta que cada um respondia: (a) a mensuração dos custos linguísticos individuais; (b) o debate teórico sobre a natureza e a extensão da desvantagem; (c) a composição linguística efetiva dos circuitos de publicação e a infraestrutura que os sustenta; e (d) as respostas editoriais propostas ou já em operação. Os trabalhos que não se acomodavam a nenhum dos quatro eixos — sobretudo os relativos a políticas nacionais de avaliação — foram excluídos do corpus final, ainda que informem o pano de fundo da discussão.

Duas decisões de síntese merecem registro. A primeira diz respeito à integração de evidência quantitativa em uma revisão qualitativa: os dados numéricos são reportados com os qualificadores do estudo de origem — população pesquisada, país, área, período e natureza da medida — e não são agregados entre estudos, porque os desenhos não são comensuráveis. A segunda diz respeito ao tratamento da evidência contrária: a posição crítica de Hyland (2016), que questiona a própria existência da injustiça linguística, foi deliberadamente incorporada ao corpus, assim como os achados nulos de Di Bitetti e Ferreras (2017) quanto a diferenças de qualidade entre artigos publicados em inglês e em espanhol nas mesmas revistas. A inclusão desses trabalhos não é ornamental: eles limitam a extensão das conclusões que a seção 7 pode sustentar.

Três limitações devem ser assumidas. Primeiro, o corpus é seletivo e não exaustivo, com as implicações já indicadas. Segundo, parte expressiva da evidência quantitativa disponível sobre custos individuais provém das ciências naturais e ambientais — a amostra de Amano et al. (2023), por exemplo, restringe-se a cientistas ambientais —, o que recomenda cautela na generalização para as ciências humanas e sociais, cujos padrões de publicação e línguas de circulação são distintos. Terceiro, e decisivo para o escopo deste artigo, a evidência sobre custos individuais é majoritariamente global e conta com apenas dois casos latino-americanos de peso — a Bolívia, na amostra de Amano et al. (2023), e a Colômbia, em Ramírez-Castañeda (2020) —, ao passo que a evidência especificamente regional é de natureza bibliométrica e diz respeito a circuitos, não a indivíduos. Por essa razão, o artigo distingue sistematicamente, ao longo do texto, o que é evidência de alcance global sobre pesquisadores não anglófonos e o que é evidência sobre o circuito latino-americano de publicação, evitando transferir conclusões de um plano para o outro.

3. A hegemonia do inglês e os custos mensuráveis da publicação científica

A consolidação de uma língua franca

A predominância do inglês na literatura científica internacional é um fenômeno historicamente recente e estatisticamente expressivo. Segundo Hamel (2007), já no início do século mais de 75% dos artigos nas ciências sociais e humanas e mais de 90% nas ciências naturais publicados em periódicos internacionais estavam redigidos em inglês. O autor demonstra que esse movimento implicou o declínio do francês, do alemão, do russo, do espanhol e do japonês como línguas de ciência, levando muitos observadores a concluir pela inevitabilidade de publicar em inglês — quando não exclusivamente nele.

A magnitude do fenômeno é confirmada por levantamentos posteriores, desde que se explicite a que universo cada percentual se refere. Salatino (2022), a partir de dados coletados em setembro de 2022 nos sítios oficiais de Scopus e Clarivate, registra que 90,8% dos 62,4 milhões de artigos da Scopus estão em inglês, contra 0,9% em espanhol e 0,4% em português, e que a concentração é ainda maior no Core Collection da Web of Science, onde 96% dos 34,4 milhões de artigos estão em inglês, contra 0,75% em espanhol e 0,32% em português. Di Bitetti e Ferreras (2017), apoiando-se em Hamel (2007) e em levantamentos anteriores, estimam em mais de 90% a proporção de artigos indexados em inglês nas ciências naturais. Convém notar que a cifra de 98% que circula com frequência na literatura — inclusive no enquadramento inicial de Ramírez-Castañeda (2020) — não vem acompanhada de base, área e período, razão pela qual se prefere aqui trabalhar com os percentuais documentados por Salatino (2022), cuja fonte, data e universo são explícitos.

É indispensável qualificar esses números, sob pena de converter um dado sobre bases de dados em um dado sobre a ciência mundial. Os percentuais acima descrevem a composição linguística da Scopus e da Web of Science, e não a totalidade do que se produz e se publica no mundo. Como se verá adiante, ao tratar da circulação regional, existe um vasto circuito de publicação em outras línguas que essas bases não capturam — o que constitui, em si, uma das faces do problema aqui examinado. O ponto decisivo, todavia, não é a prevalência estatística em si, mas o fato de que os regimes de avaliação da pesquisa tomam essas bases como referência, convertendo a competência linguística em condição de acesso ao circuito que é institucionalmente recompensado (Salatino, 2022; Ramírez-Castañeda, 2020).

O ônus desigual da escrita em segunda língua

A literatura especializada documenta de forma consistente que escrever ciência em uma segunda língua impõe um ônus adicional que recai de modo desigual sobre os pesquisadores não nativos. Hanauer, Sheridan e Englander (2019), em estudo comparativo com 148 pesquisadores mexicanos e 236 taiwaneses,

quantificaram esse ônus com um instrumento validado de mensuração do esforço de escrita: em relação à escrita na primeira língua, a escrita científica em inglês representou, em média, um aumento de 24% na dificuldade percebida, de 10% na insatisfação e de 22% na ansiedade. Trata-se de medida de percepção autorrelatada, e não de desempenho observado; sua contribuição está em substituir a impressão anedótica por um instrumento comparável entre grupos.

O estudo de maior amplitude e repercussão recente é o de Amano et al. (2023), publicado na PLOS Biology, que aplicou, entre junho e outubro de 2021, um questionário a 908 pesquisadores em ciências ambientais de oito nacionalidades, estratificadas por proficiência nacional em inglês e por nível de renda do país: bangladeshi (n = 106), boliviana (100), britânica (112), japonesa (294), nepalesa (82), nigeriana (40), espanhola (108) e ucraniana (66). Os autores resumem o problema nos seguintes termos:

> O inglês serve como uma língua comum e conveniente para a ciência. No entanto, essa prática impõe barreiras insuperáveis àqueles cuja primeira língua não é o inglês — a maioria das pessoas no mundo. (Amano et al., 2023, p. 1, tradução nossa)

Os resultados quantitativos merecem detalhamento cuidadoso, porque sua leitura corrente na literatura secundária costuma ampliá-los indevidamente. Quanto ao tempo, entre pesquisadores que haviam publicado um único artigo em inglês, os oriundos de países de baixa proficiência despenderam, em mediana, 90,8% mais tempo para ler um artigo na língua, e os de proficiência moderada, 46,6% mais tempo; a mesma comparação em primeira língua não revela desvantagem, o que localiza o efeito na língua e não na capacidade de leitura. Quanto à revisão linguística, os falantes não nativos pedem que alguém revise seu inglês em 75% ou mais de seus textos, enquanto a maioria dos nativos o faz em menos da metade. Quanto ao processo editorial, os números mais citados exigem precisão: entre os respondentes com um artigo publicado, 38,1% dos falantes não nativos de países de proficiência moderada e 35,9% dos de baixa proficiência relataram já ter tido um artigo rejeitado em razão da redação em inglês, contra 14,4% dos nativos — donde a frequência de rejeição por motivo linguístico ser 2,5 a 2,6 vezes maior. Já 42,5% e 42,6% desses dois grupos, contra apenas 3,4% dos nativos, relataram ser frequentemente, na maior parte das vezes ou sempre solicitados a melhorar a redação em inglês durante a revisão — donde a frequência 12,5 vezes maior. Trata-se, em ambos os casos, de frequências de experiência autorrelatada em uma amostra específica, e não da probabilidade de um artigo qualquer ser rejeitado ou devolvido, leitura que os próprios dados não autorizam.

Os autores observam ainda que parcela expressiva dos pesquisadores em início de carreira deixa de comparecer ou de apresentar em conferências internacionais por causa da barreira linguística, e sustentam que, mantidas constantes as demais condições, o acúmulo desses custos tenderia a reduzir a produtividade científica aparente dos falantes não nativos. Convém reter que essa última proposição é uma inferência dos

autores a partir do conjunto dos custos medidos, e não um resultado do survey. Para os fins deste artigo, importa também o que a amostra permite e o que não permite dizer sobre a América Latina: a única nacionalidade latino-americana representada é a boliviana, o que recomenda tratar esses achados como evidência global sobre pesquisadores não anglófonos, e não como retrato regional.

Como recomendação central, Amano et al. (2023) defendem que cabe aos periódicos, na condição de guardiões do sistema, assumir parte do esforço, oferecendo apoio gratuito à edição linguística e promovendo ativamente a multilinguização da ciência — proposição que ancora a discussão de estratégias editoriais adiante.

A barreira como filtro econômico e de classe

As barreiras linguísticas não se distribuem apenas de forma desigual entre falantes nativos e não nativos; elas se sobrepõem a desigualdades socioeconômicas, transformando-se em um filtro de classe. Ramírez-Castañeda (2020), em estudo com doutorandos colombianos em ciências biológicas, registra que mais de 90% dos artigos publicados por pesquisadores colombianos estavam em inglês e que 43,5% dos respondentes relataram ao menos uma rejeição ou pedido de revisão em razão da gramática inglesa; 33% declararam ter desistido de participar de encontros internacionais pelo uso obrigatório do inglês nas apresentações orais. Mais revelador ainda é o custo financeiro: entre os seis prestadores de serviços de tradução e edição analisados pela autora, o preço por artigo situa-se entre um quarto e a metade de um salário mensal de doutorando na Colômbia, tomando como referência o salário médio de doutorado no país (cerca de 947 dólares à época do levantamento). O dado é específico daquele contexto nacional, daquela área e daquela estrutura de preços, e não deve ser generalizado ao conjunto dos pesquisadores latino-americanos — cujas condições salariais e de acesso a serviços editoriais variam de modo considerável entre países.

Constitui-se, assim, o que se pode chamar de filtro do tipo pagar para passar: no contexto estudado, apenas os pesquisadores com recursos suficientes para custear serviços profissionais de revisão conseguem transpor o obstáculo linguístico em condições competitivas. Ramírez-Castañeda (2020) identifica, adicionalmente, correlação positiva entre proficiência em inglês e origem socioeconômica mais elevada, o que sugere que a barreira linguística não é apenas consequência, mas também mecanismo de reprodução de desigualdades preexistentes. Língua e capital econômico operam, nesse quadro, de modo concorrente para excluir os pesquisadores de contextos com menos recursos — e para excluí-los antes mesmo da avaliação de mérito de seu trabalho. Cabe notar que a correlação identificada é associativa: o desenho do estudo não permite ordenar causalmente proficiência e origem social.

4. Injustiça linguística, controvérsia teórica e dimensão epistêmica

O debate sobre a existência da injustiça linguística

Seria um equívoco apresentar a tese da barreira linguística como pacífica. A controvérsia tem um marco claro: Hyland (2016), em artigo intitulado, de modo provocativo, sobre o mito da injustiça linguística, argumenta que a noção de desvantagem do autor que escreve em inglês como língua adicional teria adquirido o estatuto de uma ortodoxia não questionada. Para o autor, o inglês acadêmico não é língua materna de ninguém e exige aprendizado deliberado tanto de nativos quanto de não nativos; logo, atribuir as dificuldades de publicação exclusivamente à condição de falante não nativo seria simplificar um fenômeno cujas causas mais determinantes seriam o isolamento físico, acadêmico e financeiro dos pesquisadores periféricos.

A crítica de Hyland (2016) tem o mérito de exigir evidência empírica em vez de introspecção, e de alertar para o risco de que a invocação automática do rótulo de não nativo se converta em um estereótipo incapacitante. Contudo, a réplica de Politzer-Ahles et al. (2016) sustenta que o argumento subestima o papel do privilégio linguístico. Os autores observam que o fato de muitos não nativos publicarem com êxito não constitui evidência contra a desvantagem: apenas uma concepção caricata de injustiça linguística sustentaria que os artigos de não nativos raramente são publicados. A desvantagem não se manifesta na impossibilidade absoluta de publicar, mas no esforço adicional, no tempo, no custo e na frequência diferencial de rejeição e de pedido de revisão — precisamente as variáveis que os estudos posteriores de Hanauer et al. (2019) e Amano et al. (2023) viriam a mensurar.

À luz dessas evidências, a posição mais defensável não é a de que a língua explica tudo, nem a de que nada explica, mas a de que a barreira linguística constitui uma entre várias dimensões de desvantagem, mensurável e real, entrelaçada com fatores econômicos e estruturais que os desenhos disponíveis não permitem separar inteiramente. É essa posição matizada que este artigo adota.

Da desvantagem individual à injustiça epistêmica

Para além do plano individual da escrita, a barreira linguística é frequentemente associada a efeitos no plano coletivo do conhecimento. A literatura sobre injustiça epistêmica e colonialidade do saber argumenta que a hegemonia de uma língua não apenas dificulta a comunicação, mas hierarquiza o que conta como conhecimento legítimo. Santos (2014), ao formular a noção de epistemicídio, descreve o processo pelo qual saberes produzidos fora do centro hegemônico são sistematicamente desqualificados, ignorados ou apagados. A língua seria um dos vetores desse processo: ao definir o inglês como idioma do circuito mais

recompensado, o sistema relegaria à periferia não só pesquisadores, mas modos de produzir e enquadrar problemas que não circulam nas línguas dominantes.

É preciso, contudo, marcar com nitidez o estatuto desse argumento. A passagem da desvantagem individual mensurável — tempo, custo, frequência de rejeição — para afirmações coletivas sobre hierarquização do conhecimento, imposição de temas e métodos do centro e desconexão em relação a prioridades locais é uma passagem interpretativa, e não uma demonstração empírica. Os estudos discutidos acima medem esforço e frequência de eventos editoriais; não medem a formação de agendas de pesquisa nem o apagamento de tradições intelectuais. A noção de epistemicídio opera aqui, portanto, como chave de leitura teórica que confere inteligibilidade ao conjunto dos achados, não como resultado que deles se deduza. Há, ainda assim, indícios empíricos convergentes com essa leitura, e Salatino (2022) fornece o mais direto: a constituição histórica do espaço regional de comunicação científica em espanhol e português não é, segundo o autor, uma questão de tradução ou de aprendizado do inglês, mas resultado de raízes intelectuais e socioculturais com mais de duzentos anos de existência — de modo que a assimilação linguística ao circuito hegemônico implicaria custos que não se reduzem ao plano técnico.

Essa distinção ajuda a compreender por que a invisibilidade não se resolve apenas com tradução. Quando a produção periférica precisa adequar-se aos temas, métodos e referenciais valorizados no centro para ser aceita, a tradução resolve o acesso sem alterar os critérios de valoração. Reconhecê-lo é importante para não reduzir a solução a uma operação técnica, ignorando as dimensões política e epistêmica do problema — e, simetricamente, para não converter uma interpretação teórica plausível em resultado empírico que a literatura disponível ainda não oferece.

5. Circulação da produção latino-americana e a infraestrutura regional

Conhecimento que não circula

A contrapartida da hegemonia do inglês é a menor circulação do conhecimento produzido em outras línguas, e essa assimetria tem efeitos materiais sobre a própria ciência. Amano, González-Varo e Sutherland (2016), em levantamento conduzido no Google Acadêmico em dezesseis idiomas, identificaram que 35,6% dos 75.513 documentos científicos sobre conservação da biodiversidade publicados em 2014 não estavam em inglês — sendo o espanhol (12,6%) e o português (10,3%) as línguas mais frequentes entre os não anglófonos, seguidos do chinês simplificado (6%) e do francês (3%). Os autores demonstram que ignorar esse conhecimento não anglófono produz vieses na compreensão dos próprios objetos de estudo e dificulta o uso da ciência por gestores e formuladores de políticas locais: 54% dos diretores de áreas protegidas na Espanha identificaram a língua como barreira ao uso da ciência mais recente.

Duas ressalvas são necessárias antes de transportar esse achado para o argumento regional. A primeira é que o levantamento identifica documentos por língua de publicação, não por origem geográfica: textos em espanhol e português não equivalem automaticamente a produção latino-americana, uma vez que Espanha e Portugal integram os mesmos circuitos linguísticos. A segunda é que o dado sobre gestores refere-se especificamente à Espanha, e não à América Latina; sua pertinência aqui é ilustrar o mecanismo — a indisponibilidade da ciência na língua de quem a aplicaria —, não quantificar sua incidência regional. Feitas essas ressalvas, o achado permanece fundamental para a tese deste artigo, porque revela que a assimetria é bidirecional. Não se trata apenas de que a ciência produzida em espanhol e português alcance com dificuldade os públicos internacionais; trata-se também de que a ciência produzida em inglês deixa de chegar aos públicos locais que dela poderiam se beneficiar. A barreira linguística fragmenta o sistema global de conhecimento em circuitos que se comunicam mal entre si, com prejuízo para todos os lados.

Os circuitos linguísticos da publicação regional

A análise da produção latino-americana indexada confirma a existência de circuitos linguísticos distintos, e permite dimensioná-los. O projeto OLIVA, conduzido por Beigel, Packer, Gallardo e Salatino (2024a), consolidou uma base de metadados bibliográficos a partir das coleções completas de SciELO e Redalyc, cedidas pelas próprias plataformas e submetidas a limpeza e detecção de sobreposições entre revistas comuns; os dados em nível de documento foram coletados até junho de 2019 e a coleta primária dos metadados de cada revista foi realizada em maio de 2021. O corpus reúne 1.720 revistas e 908.982 documentos publicados entre 1909 e maio de 2019, dos quais 790.304 são artigos, editados em quinze países (Salatino, 2022). Em sua composição disciplinar predominam as Ciências Sociais (33%), seguidas das Ciências Médicas e da Saúde (19%), das Humanidades (12%) e das Naturais e Exatas (10%).

A composição linguística desse corpus é o dado central para o argumento. Segundo Salatino (2022), 43,7% dos artigos estão publicados em espanhol, 32,1% em português, 23,9% em inglês, 0,2% em francês e 0,12% sem informação — com variação intrarregional expressiva: o Brasil é o país com maior proporção de produção em inglês (33,9% do total de suas publicações), e a Argentina, a menor (10%). O autor identifica, a partir do cruzamento entre instituições editoras, línguas, países de edição, área disciplinar e indexação, ao menos quatro circuitos linguísticos regionais: um circuito que migrou quase integralmente para o inglês com vistas à corrente principal (39 revistas, ancoradas em medicina, ciências biológicas e agrárias); um circuito fortemente inclinado ao espanhol (211 revistas); um circuito predominantemente em português (12 revistas); e, o mais numeroso e com maior volume de artigos por revista, um circuito multilíngue composto por mais de mil revistas que publicam em ao menos três idiomas. O circuito regional não é, portanto, monolíngue nem

uniformemente refratário ao inglês: é multilíngue, e é nessa condição que se diferencia do monolinguismo da corrente principal.

O contraste com as bases hegemônicas pode ser medido em dois planos. No plano dos artigos, 90,8% dos documentos da Scopus e 96% dos do Core Collection da Web of Science estão em inglês, contra 0,9% e 0,75% em espanhol e 0,4% e 0,32% em português, respectivamente (Salatino, 2022). No plano dos títulos, a sobreposição entre os dois universos é quantificável e é o indicador mais direto de que os pontos de contato são limitados: das 27.339 revistas indexadas na Scopus, 932 são latino-americanas (3,4%); das 24.769 do Core Collection da Web of Science, 1.287 são regionais (5,2%); e das 13.802 revistas com Fator de Impacto no Journal Citation Reports, apenas 270 são da região (0,2%), provenientes de somente nove países (Salatino, 2022). Esses números devem ser lidos contra o universo regional efetivamente indexado: o levantamento primário de Beigel et al. (2024b) contabilizou, em maio de 2023, 4.077 revistas ativas editadas e indexadas na América Latina, distribuídas por 22 países. Vale dizer: entre um quarto e um terço do universo regional indexado alcança as duas grandes bases internacionais, e uma fração muito menor alcança o subconjunto dessas bases que dispõe de Fator de Impacto.

Configura-se, assim, uma hipercentralidade do inglês que opera não apenas no plano da escrita individual, mas na própria arquitetura dos sistemas de indexação que definem o que conta como ciência visível em cada circuito. É legítimo, à luz dos dados acima, falar em dois circuitos com sobreposição parcial: um regional, vasto, multilíngue e majoritariamente diamante; e um internacional, anglófono e institucionalmente mais recompensado. Convém, porém, não superestimar a separação. Os dados disponíveis medem sobreposição de indexação e composição linguística; não medem citação cruzada nem alcance geográfico efetivo dos textos. Afirmar que os dois circuitos praticamente não se comunicam excederia a evidência; o que ela sustenta é que a comunicação entre eles é assimétrica e institucionalmente desincentivada.

A infraestrutura de acesso aberto como resposta histórica

A resposta latino-americana a esse quadro precede, em muitos aspectos, o próprio vocabulário internacional do acesso aberto. O SciELO (Scientific Electronic Library Online) foi proposto em 1996, desenvolvido em 1997 como projeto-piloto com dez periódicos e lançado em 1998, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e em colaboração com a BIREME/OPAS/OMS — quatro anos antes da Declaração de Budapeste que formalizaria a modalidade de acesso aberto. A Redalyc, por sua vez, surgiu em 2002 na Universidad Autónoma del Estado de México e teve seu portal aberto ao público em 2003. Ao lado de Latindex e Biblat, ambas conformam um espaço de validação da qualidade editorial ancorado em boas práticas e em avaliação por pares (Beigel et al., 2024b).

É preciso, contudo, diferenciar funções que a literatura de divulgação frequentemente confunde. SciELO e Redalyc são serviços de indexação de revistas em acesso aberto e texto completo, que aplicam critérios editoriais de admissão e permanência e, nessa medida, exercem função certificadora. A LA Referencia, ao contrário, é uma rede de repositórios: recolhe resultados de pesquisa, relatórios e teses provenientes de mais de 800 repositórios de dez países ibero-americanos, reunindo atualmente cerca de 2,95 milhões de artigos, 1,02 milhão de dissertações de mestrado, 470 mil teses de doutorado e 9,6 mil conjuntos de dados (Beigel et al., 2024b). Sua contribuição ao multilinguismo e à bibliodiversidade é substantiva, mas opera por agregação de metadados, e não por certificação editorial — distinção que importa quando se discutem estratégias de política editorial, porque as alavancas disponíveis em cada caso são diferentes.

Essa infraestrutura sustenta o que se convencionou chamar de modelo diamante de acesso aberto — gratuito tanto para quem lê quanto para quem publica, sem cobrança de taxas de processamento de artigos (APC) —, predominantemente operado por universidades e instituições públicas. Sua escala é internacionalmente relevante: o levantamento OA Diamond Journals Study atribui à América Latina a edição de cerca de 25% do total mundial de revistas nessa modalidade (Bosman et al., 2021). O modelo enfrenta, porém, tensões de sustentabilidade financeira. A literatura regional identifica, como pressão principal, o avanço da mercantilização da edição científica e a difusão do acesso aberto mediante pagamento de APC, que introduz no ecossistema uma lógica distinta daquela que sustentou historicamente o circuito (Beigel et al., 2024b). Registre-se que a extensão dessa adoção dentro das próprias revistas regionais não está sistematicamente quantificada na literatura disponível, razão pela qual se evita aqui atribuir a ela magnitudes precisas. Ainda assim, a experiência acumulada demonstra que é possível construir circuitos de publicação de qualidade fundados no princípio do conhecimento científico como bem público.

A tensão entre internacionalização e multilinguismo

Seria simplista, contudo, apresentar a infraestrutura regional como uma defesa incondicional do multilinguismo. O próprio SciELO viveu, na última década, uma tensão reveladora. Em sua política de internacionalização, anunciada em janeiro de 2014, o programa passou a estimular fortemente a publicação em inglês como via para ampliar a circulação internacional, fixando percentuais mínimos de artigos nesse idioma como indicador de internacionalização dos periódicos: 80% para a grande área da saúde e 25% para as ciências humanas e sociais aplicadas, acompanhados de percentuais mínimos de autores com afiliação estrangeira, de 25% e 20% respectivamente (FAPESP, 2014).

Convém distinguir com clareza a meta do resultado. Como meta declarada de política editorial, o percentual não descreve a composição efetiva do acervo: em 2019, a rede SciELO reunia mais de 1.200

periódicos publicando cerca de 50 mil artigos por ano, dos quais apenas 42% em inglês. Há, no entanto, evidência de que a diretriz produziu efeito onde incidiu com mais força. Beigel et al. (2024b) registram, para as revistas brasileiras indexadas em SciELO e Redalyc, uma tendência consolidada de migração para o inglês que os autores atribuem explicitamente às políticas de indexação do SciELO Brasil: em 2016, os artigos em inglês superaram os escritos em português nesse subconjunto, e a diferença seguiu acentuando-se. O dado de Salatino (2022) segundo o qual o Brasil é o país com maior proporção de produção regional em inglês (33,9%, contra 10% da Argentina) é coerente com essa leitura, embora não a demonstre isoladamente, uma vez que outros fatores — perfil disciplinar, tradição editorial e capacidade de internacionalização — atuam simultaneamente.

Essa diretriz expõe o dilema no coração do problema. De um lado, exigir o inglês reproduz, no interior da própria infraestrutura regional, a hegemonia que se pretendia contrabalançar. De outro, o modelo editorial do SciELO preservou um traço decisivo: a possibilidade de publicação simultânea em dois ou mais idiomas e a exigência de que título, resumo e palavras-chave estejam sempre disponíveis também na língua original do texto, quando esta não for o inglês (SciELO, 2020). O caminho que se desenhou, portanto, não foi a substituição pura e simples das línguas nacionais pelo inglês, mas um arranjo de convivência entre elas — arranjo tensionado, como mostram os dados brasileiros, e cujo equilíbrio depende de decisões de política editorial que podem ser revistas. É a essa margem de decisão que a próxima seção se dirige.

6. Estratégias editoriais para ampliar a circulação

Se a menor circulação internacional da produção latino-americana decorre em medida relevante de assimetrias estruturais do sistema editorial, a sua superação depende menos do esforço individual do pesquisador e mais de decisões deliberadas de política editorial. Esta seção discute três estratégias complementares. Cabe advertir, desde o início, que as três são propostas normativas apoiadas em plausibilidade argumentativa e em experiências parciais, e não intervenções cujo efeito sobre circulação ou citação tenha sido medido; a avaliação empírica desse efeito é justamente a agenda que as considerações finais identificam como pendente.

O multilinguismo como política editorial deliberada

A primeira e mais abrangente estratégia consiste em deslocar o ônus da tradução do autor individual para a infraestrutura editorial, adotando o multilinguismo como política deliberada e não como exceção. Em vez de exigir que o pesquisador arque com os custos linguísticos de acesso ao circuito internacional, o periódico ou a editora assume a responsabilidade pela tradução e pela disponibilização do conteúdo em múltiplas línguas.

Essa inversão de responsabilidade é precisamente a recomendação central de Amano et al. (2023), para quem cabe aos periódicos, na qualidade de guardiões do sistema, promover ativamente a multilinguização da ciência. Salatino (2022) formula proposta convergente a partir do caso regional: como as revistas latino-americanas já recebem artigos em diversas línguas, o passo seguinte seria propiciar a publicação de um mesmo artigo ao menos em espanhol, português e inglês, o que permitiria transpor as fronteiras linguísticas internas à própria região.

A publicação simultânea de um mesmo trabalho em mais de uma língua — prática que Lillis e Curry (2010) descrevem, em sua análise das estratégias de acadêmicos multilíngues, como uma forma de publicação equivalente — permite conciliar os dois polos do paradoxo identificado na introdução: o trabalho alcança públicos internacionais sem renunciar à sua acessibilidade local e regional. Quando incorporada à estrutura editorial, e não relegada à iniciativa isolada do autor, essa prática converte o multilinguismo de obstáculo em ativo de circulação. A Iniciativa de Helsinque sobre Multilinguismo na Comunicação Científica, lançada em abril de 2019, formalizou internacionalmente esse princípio em três recomendações: apoiar a disseminação de resultados em benefício da sociedade, proteger as infraestruturas nacionais de publicação de pesquisa localmente relevante e promover a diversidade linguística nos sistemas de avaliação e financiamento (Helsinki Initiative, 2019). Importa qualificar o estatuto desse respaldo: trata-se de documento normativo, subscrito por centenas de instituições, que estabelece o multilinguismo como princípio de política científica. A Iniciativa não apresenta — nem se propõe a apresentar — evidência empírica de que a publicação multilíngue aumente impacto ou citação. Seu valor argumentativo é o de legitimidade institucional, não o de demonstração de efeito.

A tradução assistida por inteligência artificial: oportunidade e cautela

A segunda estratégia diz respeito ao papel emergente das tecnologias de tradução automática. Historicamente, o custo da tradução profissional constituía o principal obstáculo à adoção de políticas multilíngues em larga escala. O avanço recente das ferramentas de tradução assistida por inteligência artificial altera substancialmente essa equação, ao reduzir de forma expressiva o custo e o tempo necessários para disponibilizar conteúdos em múltiplos idiomas.

As evidências de adoção são notáveis e, significativamente, mais acentuadas justamente onde as barreiras são maiores. Liu, He, Zheng, Bu e Ni (2025), em preprint que analisa mais de dois milhões de publicações biomédicas em texto completo do PubMed Central entre 2021 e 2024, estimam a fração de conteúdo gerado por IA e documentam, após o lançamento de ferramentas de IA generativa, um crescimento da escrita assistida da ordem de 400% em países não anglófonos, contra cerca de 183% em países de língua inglesa, com

adoção mais intensa entre pesquisadores menos estabelecidos, em início de carreira e em instituições de menor prestígio. Os autores associam ainda o uso mais intenso de IA a um aumento modesto de produtividade, com estreitamento da diferença de publicação entre cientistas de países anglófonos e não anglófonos. Três qualificações são indispensáveis. A primeira é de estatuto: trata-se de preprint ainda não submetido a avaliação por pares. A segunda é de escopo: o corpus é biomédico e anglófono, e o objeto medido é a escrita assistida, não a tradução de artigos entre línguas — a extrapolação para políticas editoriais de tradução em ciências humanas e sociais é, portanto, indireta. A terceira é de inferência: o estreitamento observado é uma associação entre adoção e produtividade, e a própria formulação dos autores é a de uma oportunidade potencial de mitigar desigualdades linguísticas, não a de uma redução demonstrada dessas desigualdades.

Tal promessa, com efeito, não é incondicional. Amano, Bowker e Burton-Jones (2025), em ensaio publicado na PLOS Biology, argumentam que a tradução mediada por IA abre dois futuros possíveis para a publicação acadêmica. No primeiro, o inglês permanece como língua franca, mas pesquisadores com proficiência limitada escrevem em sua própria língua e usam IA para traduzir antes da submissão, e para ler e avaliar textos alheios — o conhecimento segue centralizado no inglês, embora mais acessível. No segundo, a própria avaliação por pares se desnacionaliza: cada participante do processo editorial pode ler, escrever e avaliar em sua própria língua. Os autores sustentam que a escolha entre esses futuros não é tecnológica, mas política e institucional, e depende de como se distribuam infraestrutura, dados de treinamento e governança. Acrescente-se a cautela técnica: a tradução automática não dispensa a revisão humana qualificada, sobretudo na precisão terminológica e na adequação cultural, sob pena de introduzir novos erros. A estratégia mais consistente combina a agilidade e o baixo custo da tradução automática com a revisão humana especializada como camada de controle de qualidade.

Condições jurídicas e técnicas de circulação

A terceira estratégia refere-se às condições jurídicas e técnicas que tornam as duas anteriores exequíveis. No plano jurídico, traduzir é produzir obra derivada, o que exige autorização do titular dos direitos. As licenças Creative Commons que não incluem a cláusula de vedação a derivadas — entre elas a Atribuição (CC BY), a Atribuição-CompartilhaIgual (CC BY-SA), a Atribuição-NãoComercial (CC BY-NC) e a Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual (CC BY-NC-SA) — autorizam previamente a tradução e a redistribuição, cada qual com suas condições. A CC BY 4.0 é a mais permissiva e, por isso, a que menos fricção impõe a políticas multilíngues, mas não constitui condição indispensável: o requisito efetivo é a ausência da cláusula ND, e não a adoção de uma licença específica. Registre-se que a maior parte do circuito latino-americano

opera sob licenças Creative Commons não comerciais, o que autoriza traduções sem finalidade lucrativa e é compatível com o modelo diamante regional.

No plano técnico, a atribuição de identificadores digitais persistentes (DOI) cumpre função complementar, mas precisa ser descrita com precisão. O DOI é um identificador persistente que assegura resolução estável de endereço e facilita a descoberta e a citação correta de um trabalho; não garante, por si, indexação em qualquer base nem produz citações, que dependem de critérios editoriais e de práticas de leitura alheios ao identificador. Para versões traduzidas, a prática recomendada pela Crossref é registrar um DOI distinto para cada tradução e vinculá-las por metadados de relação — os tipos hasTranslation e isTranslationOf —, procedimento que não implica custo adicional de registro; a própria agência reconhece que seu suporte a conteúdo multilíngue é ainda limitado (Crossref, 2025). Sem esses metadados de relação, versões em línguas diferentes do mesmo trabalho tendem a ser tratadas como objetos independentes, fragmentando o registro de citação em vez de consolidá-lo — o que converte uma estratégia de ampliação de alcance em um problema de rastreabilidade.

A combinação dessas três estratégias — multilinguismo estrutural, tradução assistida por IA com revisão humana e licenciamento aberto com metadados de relação adequados — desenha um modelo editorial capaz de enfrentar simultaneamente as duas faces do problema descrito ao longo deste artigo: ampliar o alcance internacional da ciência latino-americana sem sacrificar sua acessibilidade local e regional. Trata-se de um modelo que, em sua arquitetura, internaliza o princípio segundo o qual a responsabilidade pela superação das barreiras linguísticas deve ser coletiva e institucional, e não individual. Se esse modelo produz efetivamente maior circulação, e em que magnitude, é questão empírica que permanece aberta.

7. Considerações finais

Este artigo procurou reunir e qualificar a evidência disponível sobre a relação entre barreiras linguísticas e circulação da produção científica latino-americana. O que essa evidência sustenta pode ser enunciado com precisão. A hegemonia do inglês, consolidada ao longo do século XX (Hamel, 2007), converteu a língua de veículo de comunicação em condição de acesso ao circuito editorial institucionalmente mais recompensado. Sobre pesquisadores não anglófonos, essa condição impõe custos adicionais documentados: entre cientistas ambientais de oito países, os falantes não nativos de nacionalidades com baixa proficiência despendem em mediana 90,8% mais tempo para ler um artigo em inglês, e relatam rejeição por motivo linguístico com frequência 2,5 a 2,6 vezes maior e pedidos de revisão linguística com frequência 12,5 vezes maior que os nativos (Amano et al., 2023); entre pesquisadores mexicanos e taiwaneses, a escrita em inglês eleva em 24% a dificuldade percebida e em 22% a ansiedade em relação à escrita na primeira língua (Hanauer et al., 2019); e,

entre doutorandos colombianos em ciências biológicas, o custo de um serviço de tradução por artigo equivale a entre um quarto e a metade de um salário mensal de doutorado no país (Ramírez-Castañeda, 2020). Cada um desses números é solidário do desenho que o produziu, e nenhum deles autoriza, isoladamente, uma afirmação sobre o conjunto dos pesquisadores latino-americanos.

Sobre o circuito regional, a evidência é de outra natureza e igualmente robusta. O corpus OLIVA mostra um espaço de publicação vasto e multilíngue — 43,7% dos artigos em espanhol, 32,1% em português e 23,9% em inglês —, ao passo que 90,8% dos artigos da Scopus e 96% dos do Core Collection da Web of Science estão em inglês, e apenas 3,4% e 5,2% das revistas dessas bases são latino-americanas, contra 4.077 revistas ativas indexadas na região (Salatino, 2022; Beigel et al., 2024a, 2024b). Esses números documentam representação reduzida e sobreposição parcial entre circuitos; não medem, contudo, a qualidade científica das produções comparadas nem o peso causal relativo das assimetrias frente a outros fatores. A formulação que a evidência sustenta é, portanto, mais contida do que a que circula habitualmente: a menor presença da produção latino-americana nas bases hegemônicas é compatível com barreiras linguísticas, econômicas e de cobertura documentadas, e não pode ser lida como indicador de menor mérito — mas afirmar que a qualidade está demonstradamente excluída como fator excederia o que esta revisão mediu. Aponta nessa direção, com o desenho mais próximo de um teste direto, o achado de Di Bitetti e Ferreras (2017): ao comparar 1.328 artigos de seis revistas, três delas latino-americanas, os autores encontraram maior probabilidade de citação para os textos em inglês, mas avaliadores cegos não identificaram consistentemente maior qualidade, interesse ou originalidade nos resumos em inglês, e os dados fornecidos pelos editores não revelaram diferença nas taxas de rejeição entre submissões em inglês e em outras línguas em duas dessas revistas.

Procurou-se, ademais, evitar a simplificação. O debate entre Hyland (2016) e Politzer-Ahles et al. (2016) mostra que a barreira linguística não explica tudo, mas constitui uma dimensão real e quantificável de desvantagem, entrelaçada com fatores econômicos e estruturais que os desenhos disponíveis não isolam por completo. A leitura à luz da noção de epistemicídio (Santos, 2014) oferece chave interpretativa para compreender por que a invisibilidade não se resolve apenas com tradução — chave cujo estatuto, como se assinalou acima, é teórico e não demonstrativo.

A região, todavia, não foi mera receptora passiva dessa ordem. A construção de uma infraestrutura pública e multilíngue de acesso aberto, pioneira no mundo, com SciELO, Redalyc, Latindex, Biblat e LA Referencia (Beigel et al., 2024a, 2024b), demonstra que é viável sustentar circuitos de publicação de qualidade ancorados nas línguas nacionais — e em escala internacionalmente relevante, dado que cerca de 25% das revistas diamante do mundo são editadas na América Latina (Bosman et al., 2021). A própria trajetória do SciELO, com sua política de internacionalização que estimulou o inglês (FAPESP, 2014) e cujos efeitos são visíveis no

subconjunto brasileiro (Beigel et al., 2024b), revela que o desafio não é escolher entre circulação internacional e relevância local, mas construir arranjos que acomodem ambas por meio do multilinguismo, e não da substituição linguística.

As estratégias discutidas — o multilinguismo como política deliberada, a tradução assistida por inteligência artificial com revisão humana e o licenciamento aberto com metadados de relação adequados — apontam para um deslocamento fundamental: transferir o ônus da superação das barreiras linguísticas do pesquisador individual para a infraestrutura editorial. Esse deslocamento é condição necessária, ainda que não suficiente, para alterar o quadro descrito. Não é suficiente porque a transformação plena depende também de mudanças nos regimes de avaliação científica, que ainda recompensam desproporcionalmente a publicação nas bases hegemônicas, e porque, como advertem Amano, Bowker e Burton-Jones (2025), a própria IA pode reforçar as assimetrias se sua governança permanecer concentrada. Mas é necessária, porque sem uma infraestrutura editorial que assuma coletivamente a tarefa do multilinguismo, a promessa de uma ciência aberta e global permanecerá, para a maioria, uma promessa não cumprida.

Duas agendas decorrem diretamente do que esta revisão não pôde estabelecer. A primeira é de escopo: seria necessário ampliar a base de estudos sobre custos linguísticos individuais em contextos latino-americanos para além dos casos boliviano e colombiano, e nas ciências humanas e sociais, cuja literatura empírica sobre o tema é comparativamente escassa. A segunda é de efeito: cabe avaliar empiricamente o impacto das estratégias editoriais aqui discutidas, mensurando o efeito da publicação multilíngue sobre taxas de citação, alcance geográfico e uso por públicos não acadêmicos, bem como a qualidade efetiva das traduções assistidas por IA em diferentes áreas. Seria igualmente valioso medir diretamente a sobreposição entre os circuitos regional e internacional em termos de citação cruzada, e não apenas de indexação. A presente revisão oferece a base conceitual e o estado da evidência sobre os quais tais investigações poderão ser construídas.

Declarações

Contribuições dos autores: Conceituação, análise formal, investigação, metodologia, redação do rascunho original e redação — revisão e edição: J. B. C. e B. C. A. M. Ambos os autores leram e concordaram com a versão submetida do manuscrito.

Financiamento: Esta pesquisa não recebeu financiamento externo.

Conflitos de interesse: Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

Disponibilidade de dados: Este estudo é uma revisão crítica de literatura e não gerou dados primários. Todas as fontes analisadas estão identificadas na lista de referências e são de acesso público. As bases de dados consultadas e os descritores empregados estão descritos na seção de metodologia.

Aprovação ética: Não se aplica. A pesquisa não envolveu seres humanos nem animais.

Consentimento informado: Não se aplica.

Uso de inteligência artificial: Foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial generativa como auxílio à busca bibliográfica e à edição linguística do manuscrito. Todo o conteúdo assim produzido foi verificado nas fontes primárias e revisado pelos autores, que assumem integral responsabilidade pelo texto final.

Materiais suplementares: Não há materiais suplementares.

Referências

Amano, T., Bowker, L., & Burton-Jones, A. (2025). AI-mediated translation presents two possible futures for academic publishing in a multilingual world. *PLOS Biology, 23*(6), e3003215. https://doi.org/10.1371/journal.pbio.3003215

Amano, T., González-Varo, J. P., & Sutherland, W. J. (2016). Languages are still a major barrier to global science. *PLOS Biology, 14*(12), e2000933. https://doi.org/10.1371/journal.pbio.2000933

Amano, T., Ramírez-Castañeda, V., Berdejo-Espinola, V., Borokini, I., Chowdhury, S., Golivets, M., González-Trujillo, J. D., Montaño-Centellas, F., Paudel, K., White, R. L., & Veríssimo, D. (2023). The manifold costs of being a non-native English speaker in science. *PLOS Biology, 21*(7), e3002184. https://doi.org/10.1371/journal.pbio.3002184

Beigel, F., Packer, A. L., Gallardo, O., & Salatino, M. (2024a). OLIVA: La producción científica indexada en América Latina. Diversidad disciplinar, colaboración institucional y multilingüismo en SciELO y Redalyc (1995-2018). *Dados, 67*(1), Artigo e20210174. https://doi.org/10.1590/dados.2024.67.1.307

Beigel, F., Sánchez Pereyra, A., Alonso-Gamboa, J. O., Salatino, M., Gallardo, O., Ferreira Gonçalves, A., Carrillo Romero, O., Flores Chávez, M. A., Durán Muñoz, E., & Arguello Mendoza, M. G. T. (2024b). OLIVA-2: Las revistas iberoamericanas indexadas en Biblat y Latindex: fuentes fundamentales para conocer la producción científica global. *E-Ciencias de la Información, 14*(1), 1-24. https://doi.org/10.15517/eci.v14i1.55951

Bosman, J., Frantsvåg, J. E., Kramer, B., Langlais, P.-C., & Proudman, V. (2021). *OA diamond journals study. Part 1: Findings* [Relatório]. Zenodo. https://doi.org/10.5281/zenodo.4558704

Crossref. (2025). *Multi-language material and translations*. https://www.crossref.org/documentation/principles-practices/best-practices/multi-language/

Di Bitetti, M. S., & Ferreras, J. A. (2017). Publish (in English) or perish: The effect on citation rate of using languages other than English in scientific publications. *Ambio, 46*(1), 121-127. https://doi.org/10.1007/s13280-016-0820-7

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. (2014, 6 de janeiro). *SciELO announces measures for internationalizing scientific journals*. Agência FAPESP. https://agencia.fapesp.br/scielo-announces-measures-for-internationalizing-scientific-journals/20454

Grant, M. J., & Booth, A. (2009). A typology of reviews: An analysis of 14 review types and associated methodologies. *Health Information & Libraries Journal, 26*(2), 91-108. https://doi.org/10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x

Hamel, R. E. (2007). The dominance of English in the international scientific periodical literature and the future of language use in science. *AILA Review, 20*, 53-71. https://doi.org/10.1075/aila.20.06ham

Hanauer, D. I., Sheridan, C. L., & Englander, K. (2019). Linguistic injustice in the writing of research articles in English as a second language: Data from Taiwanese and Mexican researchers. *Written Communication, 36*(1), 136-154. https://doi.org/10.1177/0741088318804821

Helsinki Initiative. (2019). *Helsinki Initiative on multilingualism in scholarly communication*. Federation of Finnish Learned Societies, Committee for Public Information, Finnish Association for Scholarly Publishing, Universities Norway & European Network for Research Evaluation in the Social Sciences and the Humanities. https://doi.org/10.6084/m9.figshare.7887059

Hyland, K. (2016). Academic publishing and the myth of linguistic injustice. *Journal of Second Language Writing, 31*, 58-69. https://doi.org/10.1016/j.jslw.2016.01.005

Lillis, T., & Curry, M. J. (2010). *Academic writing in a global context: The politics and practices of publishing in English*. Routledge.

Liu, J., He, Y., Zheng, Z., Bu, Y., & Ni, C. (2025). *AI-assisted writing is growing fastest among non-English-speaking and less established scientists* [Preprint]. arXiv. https://doi.org/10.48550/arXiv.2511.15872

Politzer-Ahles, S., Holliday, J. J., Girolamo, T., Spychalska, M., & Berkson, K. H. (2016). Is linguistic injustice a myth? A response to Hyland (2016). *Journal of Second Language Writing, 34*, 3-8. https://doi.org/10.1016/j.jslw.2016.09.003

Ramírez-Castañeda, V. (2020). Disadvantages in preparing and publishing scientific papers caused by the dominance of the English language in science: The case of Colombian researchers in biological sciences. *PLOS ONE, 15*(9), Artigo e0238372. https://doi.org/10.1371/journal.pone.0238372

Salatino, M. (2022). Los circuitos lingüísticos de la publicación científica latinoamericana. *Tempo Social, 34*(3), 253-273. https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2022.201928

Santos, B. de S. (2014). *Epistemologies of the South: Justice against epistemicide*. Routledge.

Scientific Electronic Library Online. (2020). *Criteria, policy and procedures for the admission and permanence of journals in the SciELO Brazil collection*. https://www.scielo.br/media/files/20220900-scielo-brazil-criteria-en.pdf